

## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 04.379.629/001-06  
Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º Semestre de 2017

## Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da **Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos**, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativos ao 1º semestre de 2017.

## Cenário Econômico

No primeiro semestre de 2017, a inflação ficou abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central e houve redução na taxa básica de juros (Selic), porém, o SPC Brasil e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas estimam um total de 59,76 milhões de pessoas físicas negativas no país. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), houve alta de 1,21% no primeiro trimestre de 2017 e a previsão é de alta de 0,25% para o segundo semestre. Para os próximos meses, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta a inflação um pouco abaixo do total da meta, a SELIC em queda e o PIB com crescimento de 0,34% em 2017 e 2% em 2018.

O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) no primeiro semestre de 2017 acumulou alta de 1,18% e avanço de 3,00% em 12 meses. A previsão dos analistas para 2017 é de alta de 3,51%, isto é, abaixo do preço da meta.

A taxa básica de juros (SELIC), que estava em 14,25% desde julho de 2016, começou a ter cortes em outubro de 2016 e hoje está em 12,00% ao ano. A projeção para o final de 2017 é de 7,2% ao ano.

O percentual de cheques devolvidos pela segunda vez, por insuficiência de fundos, foi de 2,13%, no primeiro semestre, mas nos meses de junho foi de 1,86%. Segundo informação do SPC, houve redução de 5,34% nas dívidas de pessoa física. Entre os fatores apontados para a queda está a baixa na inflação e a liberação de depósitos inativos do FGTS.

Desta forma, a Negresco continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

## Política Operacional

A Negresco vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojistas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste.

## Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido

O resultado contábil positivo da Negresco, no primeiro semestre de 2017, alcançou a importância

de R\$ 8,06 (milhões), com Patrimônio líquido equivalente a R\$ 64,878 (milhões).

Patrimônio líquido em 31/12/2016

(+) Lucro do semestre 8.060  
(+) Incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda 3.995  
(-) Distribuição de dividendos de 2016 (3.885)  
(-) Patrimônio líquido em 30/06/2017 64.878

## Gestão de riscos

A Negresco adota uma política rigorosa na administração dos riscos inerentes às suas atividades. A centralização da análise de crédito é uma das ações adotadas para obter um controle adequado desses riscos, objetivando aplicar as melhores práticas de mercado compatíveis com a natureza e a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

## Risco Operacional

O processo da estrutura de gerenciamento do risco operacional implementado, está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. A Negresco continuamente agrega esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de governança corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da Administração no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional. Promover a melhoria contínua dos seus produtos, serviços, processos e procedimentos, visando à qualidade de suas atividades operacionais.

## Estrutura de Gerenciamento

O gerenciamento de risco operacional é uma das atribuições e responsabilidades da Diretoria da Negresco, composta por um Diretor Presidente, um Vice-Presidente e 04 (quatro) Diretores, indicados e eleitos em Assembleia Geral, para mandatos de 03 (três) anos, cujas pessoas nos cargos, ocorrem mediante termo lavrado e assinado em livro próprio, após homologação pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional na Negresco respalda, segue, acompanha e atende as seguintes fases:

## a) Identificação

E realizada mediante o mapeamento dos riscos operacionais, bem como, dos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição;

## b) Avaliação

Periodicamente os riscos operacionais são acompanhados e avaliados buscando-se conhecer a eficiência dos controles implementados com a finalidade de mitigar o risco operacional.

## c) Monitoramento

Os potenciais eventos de perdas operacionais têm permanente acompanhamento, mediante utilização dos controles internos existentes, cujo manual é base para que se possa avaliar e validar o desempenho e eficácia dos controles de riscos, tanto da instituição, quanto dos serviços terceirizados;

## d) Controle

É realizado mediante acompanhamento das ações implementadas visando à mitigação do risco operacional. Testes são realizados periodicamente com a finalidade de identificar se os processos e procedimentos são adequados. Assim, eventuais falhas constatadas, são objeto de propostas de melhoria dos respectivos controles;

## e) Mitigação

Representa o objetivo maior da implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional e da melhoria dos controles de riscos. Assim, o desenvolvimento de mecanismos e planos de ações com essa finalidade são prioritários no controle dos riscos operacionais identificados. A auditoria interna da Negresco tem papel importante na estrutura de gerenciamento de risco, atuando em revisões regulares e sistêmicas, sempre buscando identificar os acertos e eventuais desvios nos controles implementados. A Negresco vem trabalhando efetivamente no aperfeiçoamento da sua estrutura de risco operacional devido à sua importância para a qualidade do seu sistema de controles internos e no desenvolvimento de suas atividades operacionais.

## Considerações Finais

Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da Negresco sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Neste horizonte, o planejamento, implantação, implementação e manutenção dos controles internos determinados como necessários, são ferramentas que visam garantir e resguardar as operações, processos e atividades da empresa e, consequentemente, uma gestão ética e transparente, bem como a elaboração de Demonstrações Financeiras que refletem com fidelidade e clareza a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, as quais são elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

 Curitiba, 5 de setembro de 2017.  
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 01 DE JANEIRO DE 2016 E 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota explicativa	2017	2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>
<b>Circulante</b>		<b>201.600</b>	<b>153.361</b>	<b>156.368</b>	<b>Circulante</b>
Disponibilidades	4	150	102	761	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	22.264	5.800	8.354	Depósito a prazo
Aplicações em depósitos interfinanceiros		22.264	5.800	8.354	
Operações de crédito	5	172.041	141.118	140.609	Recursos de aceites e emissão de títulos
Operações de crédito:					Recursos de aceites cambiais
Setor privado		211.890	181.258	182.791	
Provisão para perdas em operações de crédito		(39.849)	(40.140)	(41.982)	Outras obrigações
Outros créditos	6	7.046	6.909	6.426	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados
Impostos e contribuições a compensar		86	263	247	Sociais e estatutárias
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		5.865	5.698	5.427	Fiscais e previdenciárias
Diversos		1.101	953	752	Diversas
Provisão para outros créditos		(6)	(5)	(18)	
Outros valores e bens		99	32	18	Exigível a longo prazo
Despesas antecipadas		99	32	18	Depósitos
Realizável a longo prazo		11.106	6.658	7.320	Depósito a prazo
Operações de crédito	5	4.743	3.823	3.975	
Operações de crédito:					Recursos de aceites e emissão de títulos
Setor privado		4.816	3.892	4.128	Recursos de aceites cambiais
Provisão para perdas em operações de crédito		(73)	(69)	(153)	
Outros créditos	6	6.363	2.835	3.345	Outras obrigações
Impostos e contribuições a compensar		2.501	2.443	2.413	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		2.146	392	636	
Diversos		1.716	296	296	Patrimônio líquido
Permanente		1.035	1.019	1.199	Capital de domiciliados no País
Imobilizado	7	463	616	733	Reserva legal
Amortizações em uso		2.400	1.866	1.885	Reserva acumulada
Depreciações acumuladas		(1.937)	(1.280)	(1.152)	Lucro acumulado
Intangível	8	572	403	466	
Outros ativos intangíveis		4.029	2.932	2.932	
Amortizações acumuladas		(3.457)	(2.526)	(2.466)	
Total do ativo		213.741	161.638	164.887	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Nota Explicativa	Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)</b>		<b>30.675</b>	<b>2.072</b>	<b>19.283</b>	<b>54.030</b>
Lucro do semestre		-	-	2.118	2.118
Distribuição de dividendos		-	-	(2.984)	(2.984)
Constituição de Reserva Legal	14.c	-	106	(106)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2016 (reapresentado)</b>		<b>30.675</b>	<b>2.178</b>	<b>16.299</b>	<b>53.164</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>		<b>30.675</b>	<b>2.483</b>	<b>21.500</b>	<b>56.706</b>
Incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.	22.a	4.019	-	(24)	3.995
Lucro do semestre		-	-	8.060	8.060
Distribuição de dividendos		-	-	(3.885)	(3.885)
Constituição de Reserva Legal		-	403	(403)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>36.694</b>	<b>2.886</b>	<b>17.665</b>	<b>64.878</b>
Mutações do semestre		4.019	403	(3.885)	7.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

## 1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

## a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

(a) CPC 11 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.565/08;  
(b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;  
(c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;

(d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;  
(e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;

(f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;

(g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;

(h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; e

(i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução BACEN nº 4.424/15.

Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 5 de setembro de 2017.

## b. Representação das cifras contábeis (não auditado)

## Correção de erros

A Financeira revisou seus procedimentos e políticas contábeis internas relacionadas aos seus processos judiciais fiscais. Tais alterações provocaram ajustes contábeis no semestre findo em 30 de junho de 2017 e aos valores correspondentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016. O ajuste teve como origem a retificação de erro atribuído à provisão constituída aos processos judiciais fiscais que discute sobre a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS regida pela Lei nº 9.718/98 (art. 1º, §3º). A Financeira impetrou mandado de segurança para que fosse declarada legal e inconstitucional a ampliação dessas bases de cálculo das contribuições, que transitou em julgado em 28 de maio de 2009, porém em 04 de maio de 2011, a União propôs ação rescisória. Diante desse fato, a Administração da Financeira interpretou que a perda dessa ação era provável e constituiu provisão para perdas no montante de R\$ 24,8 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Tal provisão foi atualizada pela SELIC e, em 30 de junho de 2016, resultando no montante de R\$ 29,78 milhões.

Os assessores jurídicos da Financeira já classificavam a perda esperada dessa ação como possível, mas não provável, em períodos anteriores. Tal classificação de perda não é passível de reconhecimento de provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Com base nisso, a Administração da Financeira revisou seus controles e retificou a classificação de perda esperada para essas discussões judiciais e retificou o reconhecimento dessa provisão de forma retrospectiva, assim como a reversão dos impostos diferidos ativos que havia sido constituído sobre a referida provisão, em conformidade com o CPC 23, conforme demonstrado abaixo:

## (i) Impacto no balanço patrimonial

## (II) Em 30 de junho de 2016

	30/06/2016 Publicado	Reclassificação	Saldo reapresentado
<b>Ativo</b>			
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários de impostos - IR e CS diferidos	12.304	(11.912)	392
Total do Realizável a longo prazo	18.570	(11.912)	6.658
<b>Total do ativo</b>	<b>173.550</b>	<b>(11.912)</b>	<b>161.638</b>

	30/06/2016 Publicado	Reclassificação	Saldo reapresentado
<b>Passivo</b>			
Exigível a longo prazo			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	31.086	(29.780)	1.306
Total do Exigível a longo prazo	113.557	(29.780)	83.777
Total do patrimônio líquido	1.285	893	2.178
Reserva Legal	1.336	16.975	18.311
Lucro acumulado			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>173.550</b>	<b>(11.912)</b>	<b>161.638</b>

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016 Reapresentado
Receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	5	76.337	62.772
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	693	694
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	9	(8.408)	(8.166)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(28.464)	(29.072)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>40.158</b>	<b>26.228</b>
Receitas (despesas) operacionais		(26.156)	(22.381)
Despesas operacionais	15	2.594	2.281
Despesas de pessoal	22.a	(5.480)	(7.877)
Outras despesas administrativas	16	(19.217)	(20.651)
Despesas tributárias	17	(3.397)	(2.707)
Outras receitas operacionais		176	170
Outras despesas operacionais	18	(684)	(687)
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>13.972</b>	<b>3.847</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	(5.912)	(1.729)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(6.401)	(1.756)
Lucro líquido do semestre		489	21
Quantidade de ações no fim do semestre		36.694.021	32.675.000
Ror por lote de mil ações de capital no fim do semestre		219,65	64,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016 Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>8.060</b>	<b>2.118</b>
Caixa líquido adquirido no período		
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(489)	(27)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.432	1.756
Depreciações e amortizações	293	192
Provisão para devedores duvidosos	28.464	29.083
Apropriação da despesa antecipada	70	33
Provisão para riscos cíveis	371	625
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	(462)	-
Variações em ativos e passivos:		
(Aumento) nas operações de crédito	(42.748)	(29.230)
Redução em outros créditos	776	44
(Aumento) em despesas antecipadas	(122)	(47)
Aumento (redução) em depósitos	1.124	(3.179)
Aumento em recursos de aceites cambiais	18.652	1.857
Aumento em cobrança e arrecadações de tributos	29	14
(Redução) em obrigações sociais e estatutárias	-	(1.103)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	3.896	(342)
Aumento (redução) em credores diversos	283	293
R e CS pagos no semestre	(3.969)	(1.517)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	16.555	(217)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2017	2016 Reapresentado
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(294)</b>	<b>(12)</b>
Caixa líquido adquirido na incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.	5.464	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimento	5.170	(12)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3.885)</b>	<b>(2.984)</b>
Pagamentos de dividendos	(3.885)	(2.984)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(3.885)	(2.984)

# NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 04.379.829/0001-00  
Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2016

	30/06/2016	Reclassificação	30/06/2016
	Publicado		Reapresentado
Lucro líquido do semestre	1.406	712	2.118
Ajustes ao lucro líquido do exercício			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(502)	475	(77)
Provisão para riscos fiscais	1.187	(1.187)	(e)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>(217)</b>	<b>(217)</b>	<b>(217)</b>
<b>Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(2.904)</b>	<b>-</b>	<b>(2.904)</b>
<b>Impacto (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.123)</b>	<b>-</b>	<b>(2.123)</b>

(iv) Impacto na apresentação do patrimônio de referência exigido

	2016	Ajustes	2016
	Publicado		Reapresentado
Patrimônio de referência	26.604	26.088	(g)

RWAopad (Risco Operacional)	2.123	-	2.123
RWAcap (Risco de Crédito)	16.672	(420)	16.252
RWAmprad (Risco de Mercado)	529	-	529
Total de parcela	19.324	(26.088)	18.904
Suficiência (insuficiência) de capital	7.280	26.507	33.787
Índice de Basileia BACEN	13,60	13,92	27,52
Razão mínima (Basileia / Bacen)	9,875%	-	9,875%

(a) Refere-se à baixa do crédito tributário de IR e CS sobre o valor constituído de provisão para contingência.  
(b) Reversão da provisão para contingência anteriormente constituída, conforme mencionado anteriormente.  
(c) Constituição da reserva legal sobre o valor líquido da reversão da provisão.  
(d) Valor líquido da reversão da provisão para contingências, após destaque da reserva legal.  
(e) Valor da atualização monetária sobre a provisão para contingência referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016.  
(f) Reversão do crédito tributário constituído sobre a atualização monetária do período findo em 30 de junho de 2016.  
(g) Impacto decorrente dos ajustes mencionados acima e reapresentado na nota explicativa 21.

**3 Principais práticas contábeis**  
As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

**a. Apuração do resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
**b. Ativos e passivos circulates e a longo prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas ou vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição de provisões, inclusive, exigidas pelas normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e BACEN.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**  
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, são apresentados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos disponíveis com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

**d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.  
**e. Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**  
Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados:

(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e  
(ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.  
As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas físicas e jurídicas, características estas da Carteira Comercial. Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/07, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após isso são baixadas para prejuízo e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.  
As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$500.000 (quinhenta mil reais) são classificadas no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/07.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em conta de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**f. Despesas antecipadas**  
Correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.

**g. Ativo imobilizado**  
É equivalente aos bens tangíveis próprios e as benéficas realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

Os ativos imobilizados de uso devem ser reconhecidos pelo valor de custo, que compreende:  
(i) o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra;  
(ii) os demais custos diretamente atribuíveis, necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento;

(iii) estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos quando da aquisição do ativo.

O ganho ou a perda decorrente da baixa de um ativo imobilizado de uso, determinado pela diferença entre o valor líquido obtido com a alienação, se houver, e o valor contábil do ativo, deve ser reconhecido no resultado do período em que for baixado. O valor contábil de um ativo imobilizado de uso deve ser baixado por ocasião da sua alienação ou quando não houver expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

Os gastos com adições, benéficas ou substituições de componentes em ativo imobilizado de uso que efetivamente aumentem o seu prazo de vida útil econômica, sua eficiência ou produtividade podem ser agregados ao ativo. Os gastos incorridos para manter ou reestocar os ativos imobilizados da instituição ou ativos imobilizados alugados em condições normais de uso que não aumentem sua capacidade de produção ou período de vida útil, devem ser reconhecidos como despesas do período em que ocorrerem.

A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem está disponível para uso.

Considera-se: (i) depreciação, a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo imobilizado de uso ao longo da sua vida útil; (ii) valor depreciável, a diferença entre o valor de custo de um ativo e o seu valor residual;

(iii) valor residual, o valor estimado que a instituição obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse as condições esperadas para o fim de sua vida útil; e  
(iv) vida útil, o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

As estimativas do valor residual e da vida útil dos ativos imobilizados de uso devem ser revisadas no final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores.

**h. Ativo intangível**  
O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de "impairment".

**i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".  
**j. Depósitos e captações no mercado aberto**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

**k. Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

**l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**  
**Impostos correntes**  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável até agosto de 2015 e de 20% do lucro tributável.

**Impostos diferidos**  
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são, geralmente, reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias diferíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**Operações contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificadas como perda possível, e não provisionadas nem divulgadas se classificadas como perda remota.

**Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

**Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

**Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

**Estimativas contábeis**  
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

**Lucro por ação**  
O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

**Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Disponibilidade	150	102
Aplicações interfinanceiras (DI - não ligadas)	22.264	5.800
<b>Total</b>	<b>22.414</b>	<b>5.902</b>

Essas operações não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza e possuem conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações interfinanceiras estão contratadas com taxa pós-fixada entre 85% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2017, receitas com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 693, respectivamente (R\$ 694 em 30 de junho de 2016).

**Operações de crédito e provisão para perdas em créditos**

	2017	2016
Operações de crédito:		
Empréstimos e financiamentos	42.775	37.615
Total	173.931	147.535
Provisão para perdas em operações de crédito	(39.922)	(40.209)
<b>Total</b>	<b>176.784</b>	<b>144.341</b>

Operações de crédito - circulante  
Provisão para perdas em operações de crédito  
Total

	2017	2016
Operações de crédito - circulante	211.890	181.258
Provisão para perdas em operações de crédito	(39.849)	(40.140)
<b>Total</b>	<b>172.041</b>	<b>141.118</b>

Não circulante  
Operação de crédito - não circulante  
Provisão para perdas em operações de crédito  
Total

	2017	2016
Operação de crédito - não circulante	4.816	3.892
Provisão para perdas em operações de crédito	(73)	(69)
<b>Total</b>	<b>4.743</b>	<b>3.823</b>

**Composição da carteira de crédito por atividade econômica**

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Sector privado:				
Outros serviços	462	0,21%	147	0,08%
Pessoa física	216.244	99,79%	185.003	99,92%
<b>Total</b>	<b>216.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>185.150</b>	<b>100,00%</b>

**Composição por prazo de vencimento**

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	43.199	19,93%	42.882	23,16%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	86.548	39,94%	70.984	38,34%
De 90 a 360 dias	82.143	37,91%	67.392	36,40%
Acima de 360 dias	4.816	2,22%	3.892	2,10%
<b>Total</b>	<b>216.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>185.150</b>	<b>100,00%</b>

A taxa média praticada no semestre pela financeira foi de 13,18% (13,19% em junho 2016) ao mês para empréstimo e de 6,44% (6,26% em junho 2016) ao mês para financiamento.

**d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
**d.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de créditos**

	2017	2016
Saldo do início do período	(40.092)	(42.135)
Constituição	(28.464)	(29.072)
Baixa para prejuízo	28.634	30.998
Saldo final do período	(39.922)	(40.209)
Circulante	(39.849)	(40.140)
Não circulante	(73)	(69)

Foram recuperados no semestre, créditos no valor de R\$ 4.174 (R\$ 4.468 em 30 de junho de 2016), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito.

**d.2 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.**  
O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 30 de junho de 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2017

Empréstimo Financiamento					
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Capital de Giro	CDC	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	23.485	116.337	139.822
B	Normal	1,00%	734	1.857	2.591
	Vencido	1,00%	2.400	9.252	11.652
C	Normal	3,00%	101	491	592
	Vencido	3,00%	1.757	6.374	8.131
D	Normal	10,00%	39	160	199
	Vencido	10,00%	1.693	4.864	6.557
E	Normal	30,00%	10	83	93
	Vencido	30,00%	1.544	4.443	5.987
F	Normal	50,00%	5	54	59
	Vencido	50,00%	1.615	4.448	6.063
G	Normal	70,00%	4	45	49
	Vencido	70,00%	1.323	4.299	5.622
H	Normal	100,00%	10	81	91
	Vencido	100,00%	8.055	21.143	29.198
<b>Total</b>			<b>42.775</b>	<b>173.931</b>	<b>216.706</b>

Posição em 30 de junho de 2016

Empréstimo Financiamento					
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Capital de Giro	CDC	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	21.016	90.911	111.927
B	Normal	1,00%	368	1.179	1.547
	Vencido	1,00%	2.514	8.027	10.541
C	Normal	3,00%	39	397	436
	Vencido	3,00%	1.921	5.805	7.726
D	Normal	10,00%	14	110	124
	Vencido	10,00%	1.538	4.318	5.855
E	Normal	30,00%	8	58	66
	Vencido	30,00%	1.342	3.971	5.314
F	Normal	50,00%	5	44	49
	Vencido	50,00%	1.364	4.266	5.630
G	Normal	70,00%	2	29	31
	Vencido	70,00%	1.305	4.341	5.646
H	Normal	100,00%	11	74	85
	Vencido	100,00%	6.168	24.005	30.173
<b>Total</b>			<b>37.615</b>	<b>147.535</b>	<b>185.150</b>

**6 Outros créditos**

	2017	2016
Impostos e contribuições a compensar (a)	2.587	2.706
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL diferidos (b)	8.011	6.030
Devedores diversos - país (c)	450	451
Outros (d)	2.367	502
Provisão para outros créditos	(6)	(6)
<b>Total</b>	<b>13.408</b>	<b>9.744</b>
Circulante	7.042	6.909
Não circulante	6.363	2.835

(a) Referem-se basicamente a: (i) Saldo negativo de IR no montante de R\$ 831 (R\$ 914 em 2016), (ii) IRPJ e CSLL que incidiram sobre a SELIC aplicada aos créditos de PIS e de COFINS, decorrentes da inconstitucionalidade do artigo 2º, § 11º, da Lei nº 9.718/98, cuja decisão favorável foi proferida nos autos de Mandado de Segurança nº 2008.70.000.1426-7/PR, no montante de R\$1.558 (R\$1.558 em 2016

## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 04.379.829/0001-06  
Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	2017				Total	Descrição	Nota	2016				Total	(489)	(27)
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total				Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)			
Depósitos a prazo	-	16.434	2.193	18.627	18.627	Recursos de aceites cambiais		(44.154)	(2.636)	(3.900)	(2.499)	5.912	1.729	
Depósitos a prazo	8.477	20.776	86.035	115.288	115.288	Empreend. Florestais Cambiujú Ltda		(26)	(15)	(1.301)	(61)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Guilherme Staviero Kaesemodel		(26)	(11)	(1)	(6)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Negresco Administração e Participações Ltda		(14.062)	(899)	(12.493)	(783)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Negresco Serviço de Cobrança Ltda		(2.412)	(168)	(2.844)	(228)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Antônio João Beal		(111)	(8)	(55)	(2)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Guilherme Staviero Kaesemodel		(22.510)	(1.463)	(15.445)	(1.202)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Orlando Otto Kaesemodel Filho		(975)	(61)	(688)	(55)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Transesp Comércio de Imóveis Ltda		(589)	(37)	(505)	(38)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Negresco Serviço de Cobrança Ltda		(111)	(8)	(55)	(2)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	José Gilberto Beal		(490)	(31)	(341)	(26)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Eduardo Alexandre Novakowski		(286)	(14)	(53)	(3)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Sergio Shoji Yamamoto		(95)	(5)	(3)	(-)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Prestação de Serviços		-	(5.448)	(1.606)	(6.656)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda	(a)	-	(5.448)	(1.606)	(6.656)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Negresco Serviço de Cobrança Ltda		-	(3.446)	(11)	(6.656)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Remuneração da administração		-	(860)	-	(599)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Despesas de honorários		-	(860)	-	(599)			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Contrato de prestação de serviços de correspondente e serviços contábeis e de controladoria, com prazo de vencimento indeterminado (vigência linha com a incorporação da Crediparaná pela Financieira). O valor é determinado com base no volume de operações contratadas no mês multiplicado por um valor unitário definido e o volume total da carteira de crédito multiplicado por um segundo valor unitário definido.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	14 Patrimônio líquido		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	a. Capital social		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País é de R\$ 36.694 (R\$32.675 em 30 de junho de 2016), representado por 36.694.021 (trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e vinte uma) ações nominativas, sem valor nominal.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	As ações estão distribuídas da seguinte forma:		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Acionistas		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Orlando Otto Kaesemodel Filho		36.200.141	36.200	98,66%				
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Orlando Otto Kaesemodel Neto		246.940	247	0,67%				
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Guilherme Staviero Kaesemodel		246.940	247	0,67%				
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Total		36.694.021	36.694	100,00%				
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	b. Reserva legal		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No primeiro semestre de 2017, a Financieira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 403 (R\$106 representado) em 30 de junho de 2016.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	c. Dividendos		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Conforme previsto no estatuto da Companhia, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de janeiro de 2017, foi aprovado e pago a títulos de distribuição de dividendos o valor de R\$ 3.885, tendo como base o lucro líquido do exercício de 2016.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	A Financieira aprovou e pagou, no primeiro semestre de 2016, R\$ 2.984 a títulos de distribuição de dividendos do exercício de 2015.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	d. Aumento do Capital Social		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Como a reversão da provisão para contingência fiscal, a Financieira resolveu aumentar o Capital Social em agosto de 2017, com Reserva de Lucros existente em dezembro de 2016 que corresponde a R\$ 17.865.		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	15 Receita de prestação de serviços		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	No semestre findo em 30 de junho de 2017 o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito, no montante de R\$ 2.594 (R\$ 2.281 em 30 de junho de 2016).		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	16 Outras despesas administrativas		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Comunicação		541	475					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Processamento de dados		946	385					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Serviços dos sistemas financeiros		946	925					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Serviços de terceiros		12.028	13.494					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Técnicos especializados		732	4.731					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Outros		909	743					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Total		19.217	20.651					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	17 Despesas tributárias		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	COFINS		2.764	2.199					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	PIS		449	357					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	ISS		131	115					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Outros		53	36					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Total		3.397	2.707					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	18 Outras despesas operacionais		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Processos Cíveis e Trabalhistas		394	625					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Depreciação e amortização		188	188					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Outros		282	62					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Total		864	687					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	19 Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Impostos correntes:		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Imposto de renda		3.551	970					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Contribuição social		2.850	796					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Total		6.401	1.766					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Impostos Diferidos		-	-	-	-			
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Imposto de renda		(67)	(16)					
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	Contribuição social		(422)	(11)					

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento, Investimentos  
Curitiba - PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento, Investimentos ("Financieira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento, Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas responsabilizam o auditor pela elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Financieira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**  
O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota 2.b, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 19 de agosto de 2016 e 4 de março de 2016, respectivamente. Não fomos contratados, nem outros auditores independentes foram contratados, para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os ajustes descritos na nota 2.b, nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016 e 1º de janeiro de 2016, e, portanto, não expressamos uma opinião ou qualquer forma de assessoração sobre eles.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Financieira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financieira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financieira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Financieira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financieira.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financieira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventual, ou condições futuras podem levar a Financieira a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 5 de setembro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6-F-PRCarlos Massao Takahashi  
Contador CRC 15P206103/O-4